



## Decisão 03532/2019-1 - Plenário

**Processos:** 05166/2013-1, 05589/2009-3, 07296/2008-1, 04665/2004-8

**Classificação:** Recurso de Reconsideração

**UG:** CMV - Câmara Municipal de Vitória

**Relator:** Domingos Augusto Taufner

**Recorrente:** ADEMAR SEBASTIAO ROCHA LIMA

**Procuradores:** RENATO SANTANA ALVES (OAB: 5139E-ES), FLAVIO CHEIM JORGE (OAB: 262B-ES), MYRNA FERNANDES CARNEIRO (OAB: 15906-ES), BARBARA DALLA BERNARDINA LACOURT (OAB: 14469-ES), CHEIM JORGE & ABELHA RODRIGUES ADVOGADOS ASSOCIADOS (CNPJ: 03.444.489/0001-89), ARTHUR LUIS LOUREIRO (CPF: 164.971.447-57), GABRIEL FERREIRA ZOCCA (OAB: 6516E-ES), RAFAEL BEBBER CHAMON (OAB: 29367-ES), TATIANE MENDES RIBEIRO (OAB: 28947-ES), MILENA MAGNOL CASAGRANDE (OAB: 28910-ES), GABRIEL JUNQUEIRA SALES (OAB: 27532-ES), PEDRO LENNO ROVETTA NOGUEIRA (OAB: 26891-ES), AMANDA LOYOLA GOULART (OAB: 24474-ES), CAMILA CARLETE GOMES (OAB: 23460-ES), NATHALIA SAIB DE PAULA (OAB: 20844-ES), CAROLINA AVELAR DE OLIVEIRA (OAB: 23097-ES), THIAGO FELIPE VARGAS SIMOES (OAB: 13399-ES), LUDGERO FERREIRA LIBERATO DOS SANTOS (OAB: 21748-ES), LUANA ASSUNCAO DE ARAUJO ALBUQUERK (OAB: 15866-ES), MARCELO RODRIGUES NOGUEIRA (OAB: 19008-ES), MATHEUS DOCKHORN DE MENEZES (OAB: 14007-ES), ALEX DE FREITAS ROSETTI (OAB: 10042-ES), CHRISTINA CORDEIRO DOS SANTOS (OAB: 12142-ES), CARLOS EDUARDO AMARAL DE SOUZA (OAB: 10107-ES), MARCELO ABELHA RODRIGUES (OAB: 7029-ES), BRUNO AUGUSTO RODRIGUES GUIMARAES (CPF: 134.263.587-60), ARTHUR AZEREDO THEVENARD (CPF: 140.390.417-04), TALITA ATAIDE DA SILVA (CPF: 153.685.427-12), LAILA CHEIM SADER MALHEIROS (CPF: 133.993.717-48)

**DANO AO ERÁRIO - PRESCRIÇÃO DA  
PRETENSÃO PUNITIVA - TEMA 899 -  
REPERCUSSÃO GERAL - SOBRESTAR.**

**O EXMO. SR. CONSELHEIRO DOMINGOS AUGUSTO TAUFNER:**

### RELATÓRIO

Trata o presente processo de Recurso de Reconsideração interposto pelo Sr. Ademar Sebastião Rocha Lima, referente ao Acórdão TC 043/2013 proferido no

CH/RC

processo TC nº 4665/2004 (fls. 1800/1832), na qual foram julgadas irregulares as contas do Recorrente referentes ao ano de 2004.

Verifico que é matéria de debate nestes autos a imposição de dano ao erário, bem como há incidência da prescrição da pretensão punitiva.

É o relatório.

## **FUNDAMENTAÇÃO**

Inicialmente, cumpre ressaltar que Supremo Tribunal Federal decidiu, à luz do artigo 37, § 5º, da Constituição Federal, serem imprescritíveis as ações de ressarcimento ao erário fundadas na prática de ato doloso tipificado na Lei nº 8.429/92, Lei de Improbidade Administrativa.

E tramitam nessa Corte de Contas vários processos, de diferentes jurisdicionados, em situação semelhante a tratada nos presentes autos qual seja, imposição de dano ao erário e prescrição da pretensão punitiva.

Nesses processos, a análise de mérito está fundada em questionamentos acerca do dolo ou má fé dos atos praticados gestores jurisdicionados dessa Corte de Contas.

Acerca do tema, é cediço que a Suprema Corte brasileira no julgamento do Recurso Extraordinário 852.475, decidiu, à luz do artigo 37, § 5º, da Constituição Federal, serem imprescritíveis as ações de ressarcimento ao erário fundadas na prática de ato doloso tipificado na Lei nº 8.429/92, Lei de Improbidade Administrativa.

Dessa forma, há necessidade de esclarecimento acerca da possível incidência da tese de repercussão geral lançada pelo Supremo Tribunal Federal aos processos em trâmite neste Tribunal, em que há imposição de dano causado ao erário, com a prescrição da pretensão punitiva relativamente as demais penalidades.

Ademais, outro ponto importante para apreciação dos autos é publicação do acórdão referente ao referido recurso extraordinário da Suprema Corte, a fim de que sejam conhecidos os fundamentos da respectiva decisão.

O Plenário deste Tribunal de Contas, nos autos do processo TC 5069/2013 deliberou por sobrestar o julgamento por 90 (noventa) dias, ou então até decisão do Recurso Extraordinário RE 636.886 pelo STF, em que já foi reconhecida a existência

CH/RC

de controvérsia de repercussão geral, definida no tema 899, acerca da “prescritibilidade da pretensão de ressarcimento ao erário fundada em decisão do Tribunal de Contas”, os processos que, embora prescritos relativamente a aplicação das demais penalidades, estejam em trâmite no âmbito desta Corte para imputação de ressarcimento, até a publicação do acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal.

Dessa forma, a fim de evitar decisões conflitantes com o entendimento da Suprema Corte, entendo ser cabível o sobrestamento deste processo até a publicação do acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal, quando do julgamento do Recurso Extraordinário 636.886.

Ante todo o exposto, VOTO por que seja adotada a deliberação que ora submeto à apreciação deste Colegiado.

**DOMINGOS AUGUSTO TAUFNER**  
**Relator**

**1. DECISÃO TC-3532/2019:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, DECIDEM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:

**1.1. SOBRESTAR** estes autos pelo prazo de por 90 (noventa) dias, ou então até decisão do Recurso Extraordinário RE 636.886 pelo STF, em que já foi reconhecida a existência de controvérsia de repercussão geral, definida no tema 899, acerca da “prescritibilidade da pretensão de ressarcimento ao erário fundada em decisão do Tribunal de Contas”.

**2.** Por maioria, nos termos do voto do relator; vencido o conselheiro Sebastião Carlos Ranna de Macedo, preliminarmente, que votou pela impossibilidade de inclusão dos processos em pauta, bem como pelo prosseguimento do feito.

**3.** Data da Sessão: 26/11/2019 – 41º Sessão Ordinária do Plenário.

CH/RC

**4. Especificação do quórum:**

**4.1. Conselheiros:** Sérgio Aboudib Ferreira Pinto (presidente), Domingos Augusto Taufner (relator), Sebastião Carlos Ranna de Macedo, Sérgio Manoel Nader Borges, Rodrigo Coelho do Carmo e Luiz Carlos Ciciliotti da Cunha.

**5. Membro do Ministério Público Especial de Contas:** Luciano Vieira.

CONSELHEIRO SÉRGIO ABOUDIB FERREIRA PINTO

**Presidente**